



Eixo: Questão agrária, urbana, ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na questão ambiental.

## ECOLOGIA POLÍTICA: BASES LATINAS PARA PENSAR EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

MATHEUS THOMAZ DA SILVA<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho é resultado preliminar de uma etapa de doutorado, esse primeiro momento consiste em uma revisão da literatura. Ir na história das formações latinas e identificar o epistemicídio que ocorre a partir da conquista da América, compreender a necessidade de descolonizar o pensamento a partir da perspectiva crítica recuperando as formulações clássicas da lei geral da acumulação para fundamentar a questão social. Desse modo, atualizar a interpretação da questão social de um ponto de vista ambiental se faz de grande necessidade de para o serviço social e nesse sentido o presente trabalho se propõe a contribuir com esse debate.

**Palavras-chave:** Ecologia Política; Epistemicídio; Questão social.

**Resumen:** Este trabajo es resultado preliminar de una etapa de doctorado, ese primer momento consiste en una revisión de la literatura. Ir en la historia de las formaciones latinas e identificar el epistemicidio que ocurre a partir de la conquista de América, comprender la necesidad de descolonizar el pensamiento desde la perspectiva crítica recuperando las formulaciones clásicas de la ley general de la acumulación para fundamentar la cuestión social. De ese modo, actualizar la interpretación de la cuestión social desde un punto de vista ambiental se hace de gran necesidad de para el servicio social y en ese sentido el presente trabajo se propone a contribuir con ese debate.

**Palabras claves:** Ecología Política; Epistemicidio y cuestión social

### INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado preliminar de uma etapa de doutoramento em Ciências Ambientais e Conservação pela UFRJ. Dentro de um programa interdisciplinar a proposta é estudar o movimento ambiental, para constituir uma ponte com o serviço social compreendendo a questão ambiental e a questão social como expressões similares do desenvolvimento capitalista.

Esse primeiro momento consiste em uma revisão da literatura, buscando intersecções entre os campos do conhecimento. Ir na história das formações latinas e identificar o epistemicídio que ocorre a partir da conquista da América, compreender a necessidade de descolonizar o pensamento a partir da

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <mattseso@gmail.com>

perspectiva crítica recuperando as formulações clássicas da lei geral da acumulação para fundamentar a questão social.

No mesmo movimento, buscar perceber a crise ambiental como uma crise civilizatória que se expressa como consequência do modo de produção capitalista. Nesse contexto a crise ecológica é uma expressão da crise do capital e buscar na práxis da ecologia política superação para os epistemicídio em um processo revolucionário de giro decolonial.

O serviço Social, a partir da questão social, se funda como especialização do trabalho. Questão social que se expressa no conjunto das desigualdades da sociedade capitalista madura, cuja contradição fundante cada vez mais se aprofunda. Há uma ampla socialização do trabalho, a produção social se torna mais coletiva e a apropriação do produto do trabalho é cada vez mais privada e restrita a menores grupos da sociedade.

Desse modo, atualizar a interpretação da questão social de um ponto de vista ambiental se faz de grande necessidade de para o serviço social e nesse sentido o presente trabalho se propõe a contribuir com esse debate.

## **ORIGENS LATINAS DO CAPITALISMO NO EPISTEMICÍDIO DOS CONHECIMENTOS**

A ciência moderna, fundada no pensamento cartesiano, impulsionou grandes descobertas que contribuiu para o progresso acelerado no século XVIII. A conquista da natureza a partir da consolidação do mundo burguês trouxe um otimismo de que não haveriam limites para o desenvolvimento.

“A burguesia, em seu domínio de classe de apenas um século, criou forças produtivas mais numerosas e mais colossais do que todas as gerações passadas em seu conjunto. A subjugação das forças da natureza, as máquinas, a aplicação da química na indústria e na agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo elétrico, a exploração dos continentes inteiros, a canalização dos rios, populações inteiras brotando da terra como por encanto. (MARX, 2017, p.26)

Naquele momento a natureza era vista como fonte inesgotável de recursos, um elemento a ser dominada pela humanidade. Reflexos uma sociedade que fundou seus pilares científicos em base à conquista, submissão e a eliminação do conhecimento produzido por outros povos.

O excesso de otimismo tomou conta da sociedade, o progresso chegaria com a ciência e tecnologia construída pela humanidade. Entretanto, a crítica construída por Marx ponderou sobre as consequências que a produção de coisas em excesso que aquela forma de desenvolvimento poderia trazer. Trouxe a cena um elemento central das crises capitalistas e da crise ambiental: a superprodução.

Uma epidemia, que em qualquer época teria parecido um paradoxo, desaba sobre a sociedade – a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea; como se a fome ou uma guerra de extermínio lhe houvessem cortado todos os meios de subsistência; o comércio e a indústria parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. (MARX, 2017, p. 27).

Esse movimento de ascensão do capitalismo é precedido historicamente da conquista da América. Para alguns, a chegada de Colombo é o marco inicial para os desdobramentos capitalistas e a relação estabelecida entre humanidade e natureza.

Autores, como Horário Machado Araújo, destacam que esse momento marca o instante em que a humanidade deixa de olhar para terra como habitat, ou um lugar seu, e passa a enxergar como uma fonte inesgotável de recursos para crescimento e acumulação, em que o caminho para isso foi conquistar e subjugar os povos da América.

El grito *Tierra!* El primer grito propiamente moderno; el grito inaugural de la civilización del capital... Y se trató justamente de un *grito de guerra*. Porque aos *ojos del conquistador*, la noción de “Tierra” perde ya toda connotación mítico-religiosa, sagrada, filosófica, incluso hasta carente de toda complejidad como entidad geológica viviente, para pasar a ser re-presentada como *mero objeto*. A partir de entonces, la Tierra toda y la inmensa diversidad de sus componentes y habitantes, empezará a ser predominantemente vista, concebida y tratada como simple recurso, objeto de conquista y de explotación: como botín de guerra a depredar. (ARÁOZ, 2017, p. 198).

Esse acontecimento pode ser visto como uma grande alteração no fluxo mercadorias, extrativismo da natureza e consequentemente alterações significativas nos ciclos naturais do planeta.

Se expande un ciclo de explotación-agotamento y conquista de nuevas fronteras extractivas para actividades ya desde el principio diseñadas como exclusivamente mercantiles: maderas y bosques, minerales, grasas y pieles de animales silvestres, agricultura em general, ganadería, actividades pesqueiras, apropiación de fuentes de agua y modificación de regímenes hidrológicos enteros; en fin, incremento e intensificación de los requerimientos energéticos de las

actividades humanas que significaron la ampliación continua de las fronteras extractivistas. (ibidem)

Essa exploração continua foi o elemento necessário para acumulo de forças, insumos e energia que deram sustentabilidade para o salto produtivo que teve a humanidade com a revolução industrial.

Assim, o capital já existia muito antes da América. Contudo, o capitalismo como sistema de relações de propriedade, isto é, a engrenagem heterogênea de todas as formas de controle de trabalho e seus produtos sob o domínio do capital, que a partir de então configurou a economia mundial e seu mercado, só se constituiu na história com o surgimento da América. (QUIJANO, 2005, p. 61)

A conquista da América é parte de um processo que tornou o pensamento ocidental como universal e marco civilizatório que distancia a humanidade de um suposto estado de natureza. *“O que começou a se formar a partir da América, este possui em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo”* (Quijano, 2005, p. 54)

É o processo que marca a modernidade, para Quijano 2005, entendida como um conceito que explica mudanças na dimensão material das relações sociais e que afeta do mesmo modo as subjetividades. A modernidade no eixo central do capitalismo se estabelece em relações de assalariamento e inclusão democrática dos sujeitos.

Subjetivamente a conquista da América cria a primeira identidade moderna, indicou uma identidade ao Indígena dada pelo colonizador, que criou uma categoria para todos aqueles distintos povos e tribos que ali habitavam diluindo suas particularidades culturais. *“A categoria “índio” constituiu uma nova invenção da identidade moderna e colonial, homogeneizante das identidades heterogêneas que existiam nas Américas antes da chegada dos Europeus.”* (GROSGOUEL, 2016, p.37)

Tanto para Quijano quanto pra Grosfoguel um elemento que marca esse processo é o racismo, para o segundo é complementado por um sexismo. Esse racismo se manifesta de várias formas e uma delas é no campo do conhecimento, desdobrando em um processo que Grosfoguel vai denominar de epistemicídio.

Processo que constitui na auto representação da Europa como o “Velho Mundo” em que a sua expansão é dada por “conquistas” de terras e povos

“inferiores”, que são exterminados e junto os conhecimentos por eles produzidos.

O que conecta o “conquisto, logo existo” (*Ego conquiro*) com o idolátrico “penso, logo existo” (*Ego cogito*) é o racismo/sexismo epistêmico produzido pelo “extermínio, logo existo” (*Ego extermino*). [...] O *Ego extermino* é a condição sócio-histórica estrutural que faz possível a conexão entre o *Ego conquiro* e o *Ego cogito*. (GROSFOGUEL, 2016, P. 31).

Esse extermínio será sustendo por quatro epistemicídios ao longo do século XVI: contra os judeus e mulçumanos em Al-Andalus pela “pureza de sangue”; contra os povos indígenas das Américas; contra os africanos sequestrados em seu território para serem escravizados e, finalmente, contra as mulheres que praticavam e transmitiam conhecimentos na Europa, onde são queimadas acusadas de serem bruxas. Esses quatro genocídios são os alicerces que constituem o privilégio da supremacia dos homens brancos ocidentais.

O primeiro dos epistemicídios ocorre no final do século XV, e parte da conquista de Granada pela monarquia espanhola, convertida ao cristianismo. Esse processo submete judeus e mulçumanos sob o lema de “Pureza de sangue”. Com isso se apagou a identidade teológica, cultural. Bibliotecas foram queimadas. como forma de negar os conhecimentos produzidos por esses povos.

O segundo genocídio físico e epistemológico, é quando os Africanos substituíram o indígena na condição de povos sem alma e assim puderam ser escravizados e o racismo religioso foi vagarosamente sendo complementado se combinando com o racismo de cor. Desde então o racismo com o negro se tornou um sustentáculo central na lógica do mundo moderno-colonial. Tais como os outros os negros foram proibidos de expressar sua cultura, suas místicas e seu pensamento.

O terceiro epistemicídio, segundo o autor não tem o mesmo destaque dos outros, se trata de uma eliminação da mulher, que embora branca e do “Velho Mundo”, foi também subjugada e literalmente queimada em fogueiras religiosas.

No caso do genocídio contra as mulheres indo-europeias não houve livros queimados, pois, a transmissão de conhecimento acontecia, de geração em geração, por meio da tradição oral. Os “livros” eram os corpos das mulheres e, de modo análogo ao que aconteceu com os

códices indígenas e com os livros muçulmanos, elas foram queimadas vivas. (GROSFOGUEL, 2016, 42).

Podemos que dizer que esses processos têm suas expressões na conquista das Américas pela península Ibérica, constituindo o início do sistema-mundo moderno-colonial, como já citado. Desse modo, tem em si a combinação dos quatro epistemícidios e será o parâmetro para a construção dessa reflexão. Pois nossa resistência epistemológica nesse trabalho é demarcado na América Latina.

O autor constrói sua argumentação na forma como a hegemonia do pensamento ocidental se funda em inferiorizar os conhecimentos produzidos pela humanidade ao largo do globo terrestre que não seja os cinco países centrais, a saber: França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Itália. Nesse sentido se faz necessário re-encontrar no pensamento crítico formulações que recuperem esses processos no sentido de descolonizar a produção do conhecimento e pensar a questão social em uma perspectiva do giro decolonial.

## **ECOLOGIA POLÍTICA, INTERDISCIPLINARIDADE E QUESTÃO SOCIAL**

O serviço social, considera tem objeto do seu trabalho as expressões da questão social, compreendida como produto do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Sua materialização se dá nas expressões de desigualdade da sociedade e nas formas de luta e resistência à essas desigualdades produzidas culminando no ponto de intersecção com o serviço social, em que a crise ecológica é uma crise social e a questão social pode ser vista também como uma questão ecossocial.

É na ecologia política que vamos pensar em perspectiva interdisciplinar. O desafio consiste em pensar a questão social pelo o olhar da ecologia política.

La ecología política construye su campo de estudio y de acción em el encuentro y a contracorriente de diversas disciplinas, pensamientos, éticas, comportamientos y movimientos sociales. Allí colindan, confluyen y se confunden las ramificaciones ambientales y ecológicas de nuevas disciplinas: la economía ecológica, el derecho ambiental, la sociología política, la antropología de las relaciones cultura-naturaleza, la ética política. (LEFF, 2003, p.18).

Para Leff (2003), a ecologia política se funda como um campo teórico-prático, é a construção de um novo território do pensamento crítico e de ação política. É preciso pensar nesse campo relacionando a questão ambiental com um futuro sustentável.

As bases epistemológicas são buscadas no contexto das lutas ambientais: *“La ecologia política reconece em el ambientalismo luchas de poder por la distribución de bienes materiales (valores de uso)”*. (LEFF, 2003, p. 27)

A ecologia política parte de uma crítica ontológica da epistemologia moderna e tem nos seus elementos fundacionais a biodiversidade, a ordem ecológica e os simbolismos presentes em diversas culturas. Ela não se restringe aos conflitos da distribuição ecológica, busca também compreender as relações de poder que se entrecruzam entre sujeitos locais e o mundo globalizado.

Leff (2003), dá uma ênfase no fato de a ecologia política é um campo ainda em construção, são categorias teóricas que buscam a compreensão dos conflitos que derivam das desigualdades distributivas e as formas de apropriação dos recursos da natureza. Esses conflitos distributivos trazem para a arena da economia política do meio ambiente as condições ecológicas de sobrevivência e uma produção sustentável.

Nesse contexto tem se apresentado um discurso a respeito de uma dívida ecológica como um elemento mobilizador para a resistência ao produtivismo impulsionado pela globalização do mercado.

Retomamos aqui as formulações marxianas para construção da categoria questão social, tendo em vista que se trata de um elemento central para avistar as contradições próprias do modo de produção capitalista. Com o ponto de partida na crítica da economia política construída por Marx, localizamos os fundamentos da questão social recorrendo ao exame crítico do processo de produção capitalista exposto no curso da “lei geral da acumulação capitalista”.

É por esse caminho que se apresentam aspectos importantes da contradição entre as relações sociais e as relações de produção, Marx (2013) apresenta os elementos que ilustram expressões da questão social. É explícito na “lei de acumulação” essa contradição fundante materializada no surgimento

do *pauperismo* como uma das expressões reais produzidas pela dinâmica do capital. Na medida em que a lei de acumulação:

Para Marx, a força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas motivações que levam a expansão do capital. Dessa forma, o exército industrial de reserva cresce na mesma proporção, e quanto maior for este em relação ao contingente ativo tanto maior será a massa dessa superpopulação que se estabelece na pobreza e no pauperismo. *A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado*” (MARX, 2013: 690).

Em conformidade com as formulações marxianas, Netto (2011) localiza historicamente a expressão “questão social” se remetendo à terceira década do século XIX. A expressão nasce para dar conta do fenômeno do *pauperismo*, fenômeno este que se torna evidente a partir dos impactos da primeira onda industrializante na Europa Ocidental e, principalmente pelos levantes de trabalhadores em 1848, período conhecido como “Primavera dos Povos”.

É a partir desses processos que a expressão “questão social” passa a relacionar com os desdobramentos sócio-políticos advindos do pauperismo. Quando os sujeitos não mais se resignaram com sua lastimável situação e apresentaram um auspício de subversão à ordem burguesa estabelecida, o pauperismo se determinou como questão social.

Assim, as desigualdades produzidas se materializam em classes sociais, que se tornam antagônicas por suas perspectivas de mundo. Por isso, a questão social é também insurgência, justamente por se expressar no contexto dessa luta de classes.

É o protagonismo proletário, assim, que, na configuração da idade monopólio, põe a resolução da “questão social” como variável das lutas direcionadas à ultrapassagem da sociedade burguesa. Mas não se trata somente da *politização* da “questão social, trata-se de visualizar a sua solução como processo revolucionário. Isto é: a “questão social” é colocada no seu terreno específico, o do antagonismo entre capital e trabalho, nos confrontos entre seus representantes. (NETTO, 2011, p. 59)

Assim, pensar de maneira interdisciplinar, relacionando esse conceito de questão social com a ecologia política, é indicar que as desigualdades ambientais são produtos do desenvolvimento capitalista e essa questão ambiental cria sua resistência nos movimentos ambientais. Há que considerar que a centralidade da questão ambiental, tem feito que outros movimentos,



com outras pautas específicas, abarquem a questão do ambiente, num processo de “ambientalização”.

Para Acselrad, (2009, p. 76) *“a desigualdade social e de poder está na raiz da degradação ambiental”*. Esse encontro desemboca na ecologia política, que tem como ponto de partida os acúmulos de crítica ao produtivismo, ao consumo em excesso e as consequências ambientais. Que nada mais é do que uma conceituação que se funda na ideia marxiana de superprodução.

Daí a importância de olhar para as desigualdades ambientais *“tanto sob a forma de proteção ambiental desigual como de acesso desigual aos recursos ambientais”* (ACSELRAD, 2009, p.73) e refletir sobre as resistências aos processos de degradação e à discrepância no acesso aos recursos naturais.

Dessa forma, sua consistência teórica se funda na possibilidade de se analisar processos de **“ambientalização”** das lutas sociais. Assim a noção de **“movimento ambientalista”** tem sido evocada, no Brasil, para designar um espaço social de circulação de discursos e práticas associados a “proteção ambiental”. (ACSELRAD, 2010).

Destarte, os mesmos processos do modo de produção capitalista vão se expressar no seio da questão ambiental, o que indica dizer que a crise do capital tem como uma de suas expressões a crise ecológica.

## **A CRISE ECOLÓGICA COMO UMA EXPRESSÃO DA CRISE DO CAPITAL**

A principal expressão contemporânea da crise ecológica, que pauta a questão ambiental é as mudanças climáticas, conceituação passível de crítica. Em seu livro “O impossível capitalismo verde” Daniel Tanuro faz uma detalhada leitura sobre o ciclo do carbono para construir a afirmação acima. Sua argumentação versa sobre o uso exagerado e a dependência dos combustíveis fósseis como matriz energética humana e que passaria por aí as implicações que alteraram o clima. Por isso ele nomeia a questão como um derrube climático, uma ação intencional humana.

A quantidade de dióxido de carbono e de metano no ar, é hoje, quase duas vezes superior ao valor normal ao observado durante os períodos interglaciais de há 800.000 anos. É por isso que a

expressão “alterações climáticas” não é nada feliz: ela sugere uma mudança gradual, semelhante às que a Terra terá conhecido ao longo de sua história. Mas não é, de forma alguma, disto que se trata. Seria muitíssimo mais correto falar de derrube climático para descrever a situação que estamos a viver. (TANURO, 2012, p.35)

A assertiva de Tanuro acerca do “Derrube climático” vai estabelecer o protagonismo humano desenvolvido a partir da falta de limites com que opera o modo de produção capitalista, e encontrará reverberações em outros autores como François Chesnais,

La conjunción entre la crisis económica mundial y el avance de la crisis climática (con toda su gravedad) no es algo fortuito. Las raíces de ambas crisis son las mismas: la naturaliza del capital y de la producción capitalista. Pero esto es algo que sólo pudo verse claramente con la liberalización y la desreglamentación del capital y, consecuentemente, su completa mundialización y exacerbada financeirización. (CHESNAIS, 2009, p. 14)

Há um deslocamento do centro da luta social conforme afirma Tanuro: *“A “questão social” dominou os séculos XIX e XX. O século XXI será dominado pela questão ecossocial” (2012, p.19)*. De modo paralelo a ecologia política está para o nosso tempo assim como a economia política esteve para o século XIX. Entretanto é preciso deixar claro que a questão ecossocial, no sentido que constrói Tanuro, não é um fenômeno novo, mas a expressão nos dias atuais da velha questão social.

A chamada “crise ecológica” consiste numa crise histórica na relação entre a humanidade e o meio ambiente. A causa fundamental é a superprodução de mercadorias, que acarreta um aumento crescente da acumulação de riquezas e do sobre consumo por um lado; e, por outro lado, um aumento crescente de acumulação de pobreza e de subconsumo. Trata-se, portanto, e em última análise, de uma crise social.” (TANURO, 2012, p. 64)

Sem perder de vista a matriz do pensamento crítico, conforme aponta Harribey.

Nem a crise ecológica sucedeu à questão social – pois estão ligadas –, nem a ecologia política suplantou o marxismo enquanto instrumento de análise do capitalismo e enquanto projecto político. A ecologia política não nasce do nada e é herdeira de perto de dois séculos de lutas sociais contra a exploração e a alienação. (HARRIBEY, 2001, p.12)

Já na perspectiva latina, o campo crítico da Ecologia Política, se apresenta como um processo de resistência do conhecimento à colonização imposta na América Latina emerge uma nova perspectiva epistêmica, crítica, não só como um espaço de investigação, mas também como uma prática pedagógica de transformação social. É um campo do conhecimento que se

nutre a partir das próprias lutas dos povos latinos. A ecologia política del sur se mostra como uma práxis.

“Es, como tal una pedagogia crítico-política que nace la consciencia política de la vida amenazada y que hace del conflicto contra lo que la amenaza y destruye, su lugar de enunciación, el suelo epistémico político de producción de saberes/haceres otros” (ARÁOZ, 2017, p.213)

Nesse sentido, fechamos com as colocações de Alimonda que estabelece a relação entre a ecologia política latino-americana e o pensamento crítico. Em que o autor afirma que o fundamento do pensamento crítico está em um descontentamento com a situação conjuntural e se constrói uma caracterização dos fatos atuais dentro da perspectiva materialista que se constitui na história ao buscar no passado elementos dentro de uma perspectiva dialética. Traz como importante referência para o pensamento crítico latino as formulações de Mariategui em sua interpretação marxista da sociedade peruana. E apresenta alguns pontos em comuns desses campos.

Al proceder a la enunciación de sus puntos de vista mas generales, tanto el *pensamiento crítico* como la Ecología Política Latinoamericana lo hacen en referencia a una realidad geo-histórica común, en la que se reconocen, aún cuando estén tratando de una sociedad nacional em particular. (ALIMONDA, 2017: 45)

## **AS RESPOSTAS DA ECOLOGIA POLÍTICA AOS EPISTEMICÍDIOS**

É por esses caminhos que se coloca a necessidade de perceber a questão social, olhar para a matéria que constitui como um dos fundamentos do serviço social, compreendendo o debate teórico também como uma arena de conflitos e disputas. Esse é o campo da Ecologia Política, em que a própria questão do conhecimento pode ser vista como uma expressão da questão social..

“La irrupción de la Ecología Política del Sur viene a significar así, mas que una revolución científica (que lo es), el alumbramiento de una nuevo paradigma epistémico y político, la configuración de un nuevo umbral del pensamiento crítico desde el cual se prefiguran horizontes emancipatórios otros” (ARÁOZ, 2017, p. 214)

Para o autor essa revolução se desenha em quatro grandes transformações de paradigmas que se situam como marcos de superação dos quatro epistemicídios: um giro descolonial, um giro sociometabolico, um girobiocêntrico e um giro despatriarcal.

Em relação ao giro decolonial, parte do pressuposto que deve-se assumir uma olhar que compreenda o mundo moderno como uma expressão das conquistas e genocídios praticados pelo “Velho Mundo”, que na América tem seu marco inicial em 1492. No aspecto político o giro descolonial pode ser entendido como uma superação do pensamento desenvolvimentista que paira sobre a América Latina.

Entretanto, uma condição para essa descolonização é a segunda transformação de paradigma, o giro sociometabólico, ou seja é necessário a superação do capitalismo e a subjetividade produzida a partir desse modo de produção.

“Descolonizar, en este caso, quiere decir des-mercantilizar las relaciones sociales, los cuerpos y la Madre Tierra; quiere decir también des-salarizar el trabajo. Descolonizar el imaginario hegemónico como passo a uma transición sociometabólica es des-urbanizar, des-industrializar y des-burocratizar la vida. Giro sociometabólico supone, al contrario, (re)comunalizar los bienes, los nutrientes, los saberes y las energías; giro sociometabólico, es desconcentrar y horizontalizar los procesos productivos y de toma de decisiones” (ARÁOZ, 2017, 216)

O terceiro giro, o biocêntrico, se estabelece por apontar para uma unidade de diversos entre a natureza e a cultura. Um giro humanista que situa o homem na natureza como parte dela e não como dominador ou opositor. É também pensar a relação indivíduo e comunidade no sentido de superar o ethos do capital, cuja centralidade é o individualismo. Trata-se de constituir uma nova ética fundada na cooperação, na reciprocidade e na diversidade.

Por fim, o giro despatriarcal, que para o autor é uma dimensão fundamental do processo e uma condição necessária para todo o processo. É uma radical desconstrução da matriz patriarcal das relações com a natureza em geral e entre os indivíduos sociais em particular. Significa uma atitude oposta em relação ao cuidado, como um retorno à terra, em um sentido científico e num sentido filosófico de re-encontro com a Mãe Terra.

Em vista disso, pensar no enfrentamento da questão social em nossa latinidade é se remeter a construir esses quatro giros que nos levem a superá-la em um processo de descolonização, de ruptura revolucionária com o modo de produção capitalista, na constituição de uma outra relação com a natureza e, fundamentalmente, avançar no sentido de superar as desigualdades sociais de gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a abrir um debate importante para reconhecer as expressões contemporâneas da questão social pelo campo da ecologia política. Para autores como Daniel Tanuro esse aparece como um campo com importância histórica similar à economia política no século XIX. Para Tanuro, temos no tempo presente uma questão ecossocial. Para autores latinos a Ecologia política se coloca como um campo também de resistência epistemológica, uma vez que a conquista das Américas foi passo importante tanto para o avanço do modo de produção capitalista quanto para o pensamento ocidental fundado nas ideias cartesianas. A expansão pré-capitalista deu-se com um epistemicídio dos conhecimentos dos povos conquistados e subjulgados.

O desenvolvimento capitalista produz as desigualdades e as resistências, movimento que se expressa também no campo ambiental, aqui a crise do capital se manifesta como crise ecológica de profundos impactos sociais. Enquanto a resistência se faz com o movimento ambientalista e, dado a centralidade dessa questão, outros movimentos de pautas mais gerais acabam se ambientalizando e fazendo a luta também em torno da questão ambiental.

Por ser objeto de trabalho do assistente social a questão social em suas mais variadas expressões que se faz necessária compreendê-la no âmbito da ambiental. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – quanto projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida.

Nesse sentido que apresentamos aqui o campo teórico da ecologia política para pensar os rebatimentos da questão social, entendendo também a necessidade de um giro decolonial que contenha as particularidades latinas com a construção de novos conhecimentos para superar os epistemicídios resultante da conquista da América. Desse modo apresentar para o serviço

social possibilidades contemporâneas para refletir um de seus fundamentos, a questão social.

### Referências

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALIMONDA, Hector. En Clave de sur: la ecología política latino-americana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, Héctor [et al.]. **Ecología política latinoamericana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Tomo II - Facundo Martín. 1. ed . Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

GROSGOUEL, R. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas**: racismo/sexismo epistêmico os quatro genocídio/epistemicídios do longo século XX. 2016.

HARRIBEY, Jean-Marie. **Marxismo ecológico ou ecologia política marxiana**. 2001. [www.resistir.info/ambiente/ecologia\\_politica.html](http://www.resistir.info/ambiente/ecologia_politica.html).

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder

MACHADO ARÁOZ, Horácio. “América Latina” y la ecología política del sur. Luchas de re-existencia, revolucion epistémica y migracion civilizatória. In: ALIMONDA, Héctor [et al.]. **Ecología política latinoamericana**: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. Tomo II - Facundo Martín. 1. ed . Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

MARX, K. *O Capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS. F. **Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. In: CAPITALISMO Monopolista e Serviço Social . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (ORG). **Pensamentos críticos e**

**movimentos sociais:** diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

TANURO, Daniel. **O impossível capitalismo verde.** Lisboa-Portugal: Edições Combate, 2012.